

6. O problema aqui é que o percentual de BDI estabelecido pela CASAN relativo ao BDI Materiais Hidráulicos e Equipamentos (15,76%) não leva em consideração os custos tributários que a futura contratada terá com o necessário recolhimento do ISS junto ao Município de São José, o que torna o percentual incompatível com a realidade. Soma-se o fato que o contrato a ser firmado entre as partes trata de “execução de obras civis com 3 fornecimento de materiais e equipamentos” e que a orientação contratual prevista é de que o recolhimento do ISSQN seja feito na totalidade do faturamento a ser efetuado pela CONTRATADA.

7. O Anexo Único da Instrução Normativa nº 1/2021, emitida pela Secretaria Municipal da Receita do Município de São José, estabelece que incide ISS sobre os referidos serviços, o que não foi considerado na definição do referido percentual. Assim, entende-se que o edital deve ser modificado, para que o percentual de BDI relativo ao fornecimento de materiais e equipamento seja corrigido.

A CASAN segue as recomendações expostas no Acórdão 2622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União, o qual dispõe:

“2.5 BDI Diferenciado

Componentes do BDI diferenciado

(...)

No caso dos tributos, a exclusão do ISS da composição do BDI diferenciado para aquisição de materiais e equipamentos se deve ao fato do referido tributo incidir apenas sobre serviços prestados, e não sobre o fornecimento de mercadorias, que deverá ser tributado por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que, conforme bem salientado no relatório que subsidiou o Acórdão 325/2007-TCU-Plenário, já se encontra ‘embutido no custo dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, ou seja, a administração ao pagar à empreiteira pelo bem, o valor do ICMS já está inserido no preço pago.’

Conclui-se, dessa forma, que os componentes do BDI para fornecimento de materiais e equipamentos relevantes apresentam características próprias que as diferem dos componentes que integram o BDI de serviços de engenharia, o que justifica a adoção de uma taxa diferenciada em patamar inferior, especialmente em virtude da redução do percentual de algumas parcelas e da questão tributária, como a exclusão do ISS em razão da ausência de fato gerador para incidência desse imposto.”

10. O ponto questionado aqui é que, conforme é cediço, as parcelas mais relevantes do serviço devem ser estabelecidas levando em consideração aspectos técnicos essenciais à verificação da capacidade das licitantes em bem executar os serviços. No que se refere ao serviço de Estaca de Hélice Contínua, a complexidade técnica para a sua execução não está relacionada com o seu diâmetro. Tecnicamente, é pouco relevante para a complexidade da atividade o diâmetro ser de 40 cm, ou maior/menor. Sendo esse o caso, a informação quanto ao diâmetro deve ser suprimida da exigência.

11. Ademais, é preciso salientar que a exigência de comprovação de experiência técnica do serviço de estacas é questionável, tendo em vista que se trata de uma qualificação específica e que é executada por empresas cuja finalidade é única para esta atividade. O próprio edital estabelece, no item 13.6.7.2, que, uma das atividades que poderá ser subcontratada, é a “Perfuração Para Estacas Tipo Hélice Contínua Monitorada”. Desta forma, a comprovação de experiências anteriores por parte das participantes do processo licitatório torna-se desnecessária, pois o serviço será subcontratado e executado por empresa cuja especialidade é a execução da fundação por estacas hélice contínua.

Após análise técnica da Companhia, o Edital será retificado.